



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

MENCIONE-SE
PUBLIQUE-SE
EXPEÇA-SE

04/12/29

Asssembleia da República
Gabinete do Presidente
N.º de Entrada 8910 ✓
Classificação
05.03.03
Data
04/12/28

Requerimento
(28-12-2004)

N.º 487/IX (3ª) - AC

Assunto: **Auditoria e Comissão de Inquérito ao Concurso de Professores e Educadores do Ensino Básico e Secundário**

Apresentado por: **Deputada Luísa Mesquita (PCP)**

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República

à deputada
04.12.29

Como é do conhecimento público, as escolas portuguesas viveram um quadro de instabilidade nunca conhecido.

Instabilidade que decorreu de opções e medidas políticas tomadas pelos Governos do PSD/CDS-PP.

De facto, um concurso de colocação de educadores e professores que deveria ter sido iniciado em Janeiro, prolongou-se no tempo até final do mês de Outubro, deixando sequelas gravíssimas quer nas escolas, quer nos professores, quer nas crianças e nos jovens que foram alvo dos inúmeros erros que as diferentes tutelas educativas cometeram.

Em Maio, o ex-Ministro David Justino garantiu na Assembleia da República que iria pedir uma **Auditoria** à Inspecção-Geral de Finanças, que estaria terminada em Novembro de 2004.

Em Setembro de 2004, o Governo nomeou uma **Comissão de Inquérito** que deveria continuar a investigar o caos dos concursos.

Em 7 de Outubro, a actual Ministra da Educação afirmou na Assembleia da República que:

"As responsabilidades pelo atraso verificado em todo este processo é matéria sobre a qual não entendo dever pronunciar-me neste instante, atendendo a que estão em curso dois procedimentos de investigação: um, da responsabilidade da Inspecção-Geral de Finanças que, a meu pedido, passou a englobar todo o processo de colocação de docentes e não apenas a fase que terminou a 31 de Agosto; outro, da responsabilidade de uma comissão de inquérito, também da iniciativa do Governo, presidida por um magistrado, que abrange também todo o processo, está igualmente em curso e terá, conforme é sabido, 45 dias para terminar os trabalhos.

Partido Comunista Português
JAN 2005



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Penso que está, assim, salvaguardado o interesse do Estado e o esclarecimento cabal da verdade, podendo eu garantir que a colocação de docentes para o ano lectivo 2005-2006 se processará com normalidade".

Estamos no final do ano, prestes a ser aberto um novo concurso.

Os prazos concedidos pelo Governo para a **Auditoria** e para a **Comissão de Inquérito** já terminaram.

E, naturalmente, que os resultados destes procedimentos não podem ficar no domínio, exclusivo, do Governo.

O país e os interlocutores mais directamente implicados têm direito às imprescindíveis explicações e às consequentes conclusões.

Nesse sentido, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo, através do **Ministério da Educação**, que me informe, com urgência, do seguinte:

1. Tendo sido concluída a **Auditoria** e tendo o Ministro da Presidência anunciado a sua divulgação, que razões impedem a concretização deste dever de transparência para com o país;
2. Tendo sido tornado público que a actual Ministra da Educação suspendeu o prazo para que a **Comissão de Inquérito** aos concursos apresentasse os resultados obtidos, conforme compromisso assumido na Assembleia da República, que motivos determinaram esta decisão;
3. Finalmente e dada a urgente e indispensável explicação que é devida à Assembleia da República que através dos Deputados, particularmente do Grupo Parlamentar do PCP acompanharam todo este processo de colocação de professores, solicito ao Governo que, com carácter de urgência, me sejam enviadas todas as conclusões da **Auditoria** já concluída e também todos os relatórios (caso existam) preliminares da **Comissão de Inquérito**, se a mesma ainda não concluiu o seu trabalho.

A Deputada

(Luísa Mesquita)